

Federação Nacional dos Urbanitários

Seminário regional sudeste sobre energia começa com debate sobre geopolítica energética mundial

Nesta terça-feira, 09, foi iniciado o "Seminário Modelo Energético Brasileiro sobre energia", organizado pela Plataforma Operária e Camponesa para Energia que é composta pela FUP, MAB, FNU, Via Campesina, Fisenge, Stui DF, Sinergia e Sindieleto. O seminário realizado no Rio de Janeiro é o último de uma série de eventos regionais da plataforma e tem como principal tema de debate a geopolítica da energia e as perspectivas da indústria energética no Brasil.

Os participantes do seminário foram saudados pelo Coordenador Nacional do MAB, Gilberto Cervinski, que além de ter feito uma análise da atual conjuntura de luta dos trabalhadores do campo e da cidade, afirmou que vivemos um período de disputa ideológica devido à tentativa da direita em voltar ao poder. "A disputa pela apropriação privada da energia brasileira voltou com força, por isso os trabalhadores devem estar unidos e organizados para intensificar esta luta por um projeto energético popular, seja no petróleo ou na energia elétrica", afirmou Cervinski.

A mesa sobre energia e geopolítica mundial de energia foi composta pelo professor da Universidade Federal do ABC Paulista, Igor Fuser, pelo diretor da Secretaria de Relações Internacionais da FUP (Federação Única dos Petroleiros), João Antonio de Moraes e pelo representante da Fisenge (Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros), Agamenon Oliveira.

Moraes iniciou sua fala afirmando a importância mundial do petróleo, fazendo um breve histórico deste setor no Brasil, passando pela criação da Petrobrás, o momento da campanha "O Petróleo é Nosso", o período da tentativa de privatização da Petrobrás, a descoberta do pré-sal e a mudança do modelo de concessão para a atual lei do petróleo, que é o de partilha e permite que a Petrobrás seja operadora única do Pré-Sal. Moraes também falou sobre a construção do ato em defesa do Pré-Sal, da Petrobrás e do Brasil, que será realizado na próxima segunda-feira, 15, na Cinelândia, no Rio de Janeiro e, conclamou: "Os trabalhadores tem de estar unidos nesta luta de classe, que representa a defesa da principal riqueza do Brasil atualmente", ressaltou o sindicalista.

Igor Fuser, professor da Universidade Federal do ABC Paulista, afirmou que é importante olharmos o que está acontecendo lá fora, na energia, na política, para conseguirmos entender a disputa da geopolítica energética mundial. O professor usou o exemplo do Oriente Médio, em especial o Iraque, que tem a terceira maior reserva mundial de petróleo e que, há anos foi invadido pelos EUA e vive em guerra. Fuser também falou sobre a disputa do petróleo no Brasil, feita pela elite brasileira, que é a favor da entrega da soberania energética às empresas multinacionais. "Os EUA tentam impedir a soberania energética dos países periféricos, já que estes países, ao se desenvolverem, atrapalham a supremacia do império estadunidense. Quando o marco regulatório do pré-sal foi debatido, por exemplo, o discurso do mercado era que a Petrobrás não tinha pernas e capacidade para dar conta da exploração destas jazidas, mas felizmente, tudo isso tem sido desmentido, já que a Petrobras é a maior empresa de petróleo do Brasil e da América Latina, e, graças aos investimentos nesta empresa, é que o pré-sal foi descoberto e já é explorado", ressaltou Fuser.

O diretor da Fisenge, Agamenon Oliveira, fez uma exposição sobre o histórico da energia elétrica, passando pela descoberta do petróleo, em 1939, citando a renovação do campo energético brasileiro. "O modelo energético no Brasil ficou ainda mais perverso na década de 90 com a total desregulamentação", afirmou Agamenon. Sobre a maior empresa do setor elétrico e a maior de petróleo do Brasil, o sindicalista ressaltou que a fusão das duas seria totalmente benéfico para o país. "Um sonho é a fusão da Eletrobras e Petrobras em uma grande empresa de energia com enorme capacidade de disputa. Isso iria mudar radicalmente o atual panorama."

"Em relação às tarifas do setor elétrico, existem duas questões centrais: regulação e especulação da tarifa e o modelo do setor elétrico, que deve servir ao povo brasileiro, e não às empresas", finalizou Agamenon.

Na parte da tarde, o debate será sobre os desafios da soberania energética e alimentar, com participação da representante do MST/Via Campesina, Marina Santos, de mais um representante da Fisenge, Jorge Antonio e dos representantes da área de gás e energia da Petrobrás, Helio Seidel e Julio Cezar Jeronimo dos Santos.

O Seminário "Atualidades e Perspectivas do Modelo Energético Brasileiro", realizado pela Plataforma Operária e Camponesa para Energia, prossegue até amanhã, com debates sobre a atualidade e perspectivas da indústria energética no Brasil e os desafios para a classe trabalhadora na construção de um projeto energético popular.

Fonte: Caroline Cavassa

Diap, 11/09/14

GT tripartite paritário vai discutir propostas sobre projeto de criação do Sistema Único de Trabalho

A proposta de criação do Sistema Único de Trabalho (SUT) será objeto de debate de um Grupo de Trabalho triparte paritário, com participação de representações das Centrais Sindicais, dos empregadores e do governo. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, que deve anunciar a implantação do GT nos próximos dias, o grupo terá como finalidade analisar as sugestões já apresentadas pelas várias representações para construção de uma proposta de projeto que irá à consulta pública e, posteriormente, enviado ao Congresso.

A criação do Sistema tem como intuito a melhoria dos serviços prestados pelo MTE, com foco no Sistema Nacional de Emprego, padronização do atendimento ao trabalhador, integração das políticas vinculadas ao mundo do trabalho, definição clara de competências dos agentes operadores dessas políticas, bem como a organização de sistemas de informações e pesquisas sobre o mundo do trabalho. O GT vai discutir o tema para criar uma proposta que atenda aos anseios das entidades e da sociedade, mas sem prejuízo às atribuições funcionais do MTE.

O Grupo de Trabalho (GT) será composto por representantes indicados por cada bancada para criação da proposta que será, então, levada ao conhecimento da sociedade e colocada em consulta pública, podendo receber contribuições.

Orientada pelo princípio do trabalho decente, as sugestões colhidas contemplam a universalidade, a integralidade e a gratuidade das ações e serviços com atuação baseada no diálogo social. As sugestões até o momento apresentadas recomendam que o SUT tenha uma direção única, cabendo ao MTE a responsabilidade pela coordenação nacional tendo como instância máxima um conselho deliberativo com representação tripartite e paritária responsável pela aprovação da Política Nacional do Trabalho e pelo estabelecimento de diretrizes e avaliação das ações do respectivo Sistema, para que as esferas estaduais e municipais tenham seus respectivos conselhos do trabalho, com representação tripartite, de forma a garantir o equilíbrio e a legitimidade do Sistema.

Histórico

Apesar da Constituição Federal de 1988 ter estabelecido as bases de um Sistema Público de Emprego foi somente nos congressos nacionais do Sistema Público de Emprego, realizados em 2004 e 2005, que ocorreu manifestação quanto a estruturação de um sistema integrado de políticas públicas de emprego. A manifestação de sistema único também foi pautada durante a I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD), realizada em agosto de 2012. As primeiras sugestões sobre o tema foram produzidas por grupo de trabalho constituído via Portaria/MTE 1.879, de 2013.

Em abril desse ano o Grupo de Trabalho entregou ao ministro sugestões para instituição do SUT. As sugestões foram agrupadas e enviadas para análise e manifestação dos vários setores envolvidos com o tema, como confederações patronais e de trabalhadores, governadores de Estado, Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o Fórum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho (FONSET) e o Fórum Nacional de Secretarias Municipais do Trabalho (FONSEMT). (Fonte: MTE)

Portal da CUT

João Felício: Pelo direito de lutar e viver

Presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI) denuncia crimes antissindicais

Escrito por: • Publicado em: 10/09/2014

Sindicalistas assassinados à bala, vítimas de bombas na porta de suas casas ou das entidades em que atuavam, perseguidos e presos a caminho do trabalho ou participando de um simples piquete ao lado de seus companheiros. Infelizmente, este é o retrato do confronto entre capital e trabalho, agudizado nesta época de crise dos países desenvolvidos, que se desdobra sobre os ombros dos trabalhadores com invulgares requintes de crueldade.

Na África e na Ásia, os ataques do capital transnacional com a anuência ou participação ativa de vários governos submissos, têm potencializado a superexploração da classe trabalhadora, mingando salários e direitos enquanto intensifica o ritmo e expande jornadas. Até mesmo no velho continente, a Europa, outrora palco de inegáveis avanços sociais e relações democráticas, a exclusão da classe trabalhadora e os atropelos ao tripartismo têm sido cada vez mais constantes. Na essência, buscam uma "democracia" sem o contraditório, alijada da livre participação das grandes majorias, condenadas ao "sim, senhor".

Para não abrir o leque, vou deter-me nas denúncias da Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA), concentrando a abordagem no continente aonde governos de países como Colômbia, Guatemala, Honduras e Paraguai teimam em dar as costas ao futuro. Mais que isso, insistem teimosamente numa volta ao passado, procurando cobrir com um manto de

sangue e tragédia a busca do novo, o caminho do diálogo, ao criminalizarem um direito humano básico como a sindicalização.

Sem mortes, mas com invulgar repressão, os Estados Unidos chegaram a contabilizar 500 prisões em uma única onda de protesto dos trabalhadores de fast-food, impedidos pelas redes McDonald's, Burger King e KFC até mesmo de se sindicalizar. No dia 2 de setembro, policiais militares reprimiram com invulgar dedicação e empenho protestos em defesa de um salário decente, pelo direito à sindicalização e por melhores condições de trabalho. A manifestação pacífica, que se espalhou por 150 cidades e contagiou outras categorias, foi tipificada pela "Justiça" como "desobediência civil".

A lista de abusos e atropelos é bastante longa – e, graças à impunidade, não para de crescer – por isso nos limitamos a dar eco a denúncias de fatos ocorridos recentemente.

No Paraguai, durante uma manifestação por melhores salários e por 7% do PIB para a educação pública, foram baleados por policiais no dia 28 de agosto o presidente da Federação de Educadores, Silvio Piris, o secretário geral do Sindicato Nacional dos Jornalistas, Santiago Ortiz, e o secretário geral da OTEP-Autêntica, Juan Gabriel Espínola. Hospitalizados, estão em plena recuperação e prontos para voltar à luta.

Outros sindicalistas de nossa América infelizmente não tiveram a mesma sorte. A secretária geral da Confederação de Trabalhadores de Honduras, Rosa Altagracia Fuentes foi assassinada com 16 tiros. Ela foi morta ao lado de Virginia García de Sánchez, dirigente da União de Mulheres Camponesas de Honduras (UMCAH) e do motorista que as conduzia à cidade de Progreso.

Na Colômbia, Diego Osório, de apenas 22 anos, membro da União de Trabalhadores Penitenciários, teve o carro interceptado nas primeiras horas da manhã, próximo a sua residência, sendo alvejado com quatro tiros na cidade de Cúcuta. José Onofre Esquivel Luna, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia, e funcionário da Nestlé, foi vítima de um atentado em Medellín, e outros dois sindicalistas tombaram alvo de ataques nas cidades de Barrancabermeja e Cartagena.

Na Guatemala, caíram brutalmente assassinados os dirigentes sindicais Gabriel Enrique Ciramagua Ruiz, secretário de Organização da Municipalidade de Zacapa e Joaquín Chiro, fundador e secretário geral adjunto do Sindicato de Vendedores e Similares do Mercado Municipal de Sololá.

Ao entregarem generosamente suas vidas pela construção de uma nova sociedade, estes companheiros e companheiras se converteram em exemplo e fonte de inspiração para o bom combate. Vamos honrar seus passos com nossa unidade, organização e mobilização, fazendo da ação coletiva o motor das grandes transformações.

Que frente a esta violenta orquestração do capital em aliança com governos anti-democráticos, façamos com que as próximas reuniões do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho transformem nossas denúncias em ação, colocando fim à barbárie.

Todos juntos, à luta e à vitória.

Portal Mundo Sindical

Trabalhador avulso contratado via sindicato tem reconhecido vínculo direto com o tomador dos serviços

A Lei 8.212/91 considerava trabalhador avulso apenas aquele que atua no setor portuário, ou, em casos especiais, na área rural. Por meio da Lei 12.023/2009, o legislador normatizou as atividades de movimentação de mercadorias em geral, fazendo incluir também, como trabalhador avulso, aquele que presta serviços em atividade de movimentação de mercadorias, sem vínculo empregatício, mediante intermediação do sindicato da categoria. Mas, quando a prestação de serviços do trabalhador a favor da tomadora dos serviços ocorre de forma habitual, onerosa, pessoal e subordinada, na forma delineada pelo artigo 3º da CLT, a conclusão é que não se trata de trabalhador avulso, mas de autêntico empregado. Nessa situação, existe fraude na intermediação da mão de obra realizada pelo sindicato.

Com esses fundamentos, a 6ª Turma do TRT de Minas, julgando desfavoravelmente o recurso da ré, manteve o reconhecimento do vínculo de emprego entre a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - COOXUPÉ, reclamada na ação, e um reclamante que prestava serviços de carregamento e descarregamento de mercadorias. O trabalhador havia sido contratado como "avulso" pelo Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Auxiliares de Administração no Comércio em Geral de Café e Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais de Guaxupé (SINTRAMAGEG), que atuou como intermediador da prestação de serviços, ou, em outras palavras, fornecedor da mão de obra para a cooperativa.

Ao analisar o caso, o desembargador Fernando Antônio Viégas Peixoto, relator do recurso, observou que não ficou comprovada a condição de trabalhador avulso do reclamante, encargo processual que competia à cooperativa, por se tratar de exceção à regra do trabalho prestado com

vínculo de emprego. Conforme ponderou, a nota característica mais importante do trabalho avulso é a prestação de serviços a diversos tomadores e em espaços de tempo consideravelmente curtos, segundo a periodicidade da demanda de mão de obra.

Mas, no caso, a situação era diferente. Os depoimentos das testemunhas demonstraram que o reclamante trabalhou permanentemente para a Cooperativa, por mais de um ano, de quem recebia até mesmo os EPIs, instruções e treinamentos. Além disso, apesar de suas atividades de carga e descarga vincularem-se à "movimentação de mercadorias em geral", finalidade da entidade sindical prestadora de serviços, o reclamante era efetivamente subordinado ao superior hierárquico da Cooperativa.

Segundo o desembargador, o simples fato de o trabalhador ter sido remunerado diretamente pelo Sindicato não é suficiente para excluir o vínculo direto com a cooperativa. O Sindicato assim agiu, justamente, com o fim de sustentar a falsa condição de "avulso" do trabalhador. Da mesma forma, a farta documentação juntada pela ré, na tentativa de comprovar a regularidade do trabalho avulso por intermédio do Sindicato, não tem a força de modificar a realidade vivenciada pelo reclamante, que prestou serviços de forma habitual, onerosa, pessoal e subordinada para a reclamada, ou seja, com todos os pressupostos da relação de emprego.

Constatada a intermediação fraudulenta do Sindicato, com o único propósito de obter mão de obra barata e sem as proteções trabalhistas, o relator concluiu que o reclamante deve ser considerado empregado da ré e não trabalhador avulso. Por essas razões, reconheceu o vínculo de emprego diretamente com a Cooperativa, tomadora de serviços, no que foi acompanhado, por unanimidade, pela Turma julgadora.

Fonte: Âmbito Jurídico - 10/09/2014

Portal da UGT

Em 12 meses, bancos fazem 4.500 débitos sem autorização de clientes, diz BC

10/09/2014

Os bancos que atuam no país fizeram 4.529 débitos não autorizados nos 12 meses encerrados em julho, de acordo com o Banco Central.

Esse é o número de ocorrências que chegaram ao conhecimento do BC e foram consideradas procedentes. Ou seja, inclui apenas os casos em que o cliente percebeu o sumiço de uma quantia em sua conta e reclamou no Banco Central.

Se ocorreu algo semelhante com algum que cliente que não notou ou preferiu não avisar, tal caso não aparece nessa estatística. Ainda, se o correntista reclamou com o seu gerente e resolveu a questão sem precisar passar pelo BC, também não entra nesse levantamento.

Essas ocorrências resultam, por exemplo, de pagamentos feitos sem que o cliente tenha optado por débito automático, de transferências de recursos sem autorização, ou, ainda, de aplicações financeiras realizadas sem que o correntista tenha solicitado.

Em números absolutos, a Caixa Econômica Federal foi o conglomerado que mais obteve reclamações sobre débito não autorizado nos últimos 12 meses. Foram 1.156 reclamações consideradas procedentes pelo BC.

Vale notar, no entanto, que a Caixa é a instituição financeira com o maior número de clientes: são, atualmente, 71,2 milhões de contas de depósito (o que inclui conta corrente, poupança e aplicações em CDB), entre pessoas físicas e jurídicas.

O Santander ficou em segundo lugar, em número absoluto de reclamações (1.045), seguido por Banco do Brasil (969) e Bradesco (620).

O ideal nessa comparação entre bancos, portanto, é considerar o número de erros como proporção ao número de clientes.

Nesse ponto, no entanto, esbarramos em um problema estatístico. A metodologia do Banco Central para contar os clientes mudou. Até junho, o BC contava como clientes somente aqueles que tinham conta de depósito garantida pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito). A partir de julho, o banco de dados foi aprimorado e passou a incluir na base de clientes todos os correntistas.

Então, a comparação entre bancos pode ser feita apenas com os dados de julho, ou então na série de dados antiga, que vai de março de 2002 a junho de 2014.

Considerando apenas julho, o Santander foi o que teve mais débitos não autorizados, em números absolutos. Foram 93 queixas consideradas procedentes, o que dá 3,4 para cada milhão de clientes com conta de depósito.

Vale observar que, quando comparamos bancos de tamanhos muito diferentes, os menores tendem a ser mais prejudicados pelo cálculo do índice por milhão de clientes. Por exemplo, o Citibank tem somente 543 mil clientes com conta de depósito. Se ele tivesse errado apenas uma vez, já ficaria com uma média de 1,9 queixa para cada milhão de clientes – posição pior do que a de qualquer grande banco, exceto o Santander.

Outro lado

Procurados pelo blog, os bancos citados fizeram os comentários a seguir.

BB: "O Banco do Brasil vem conseguindo manter a tendência de queda na quantidade de reclamações reguladas. Quando analisada somente a causa 'débitos não autorizados', verifica-se a mesma tendência de queda já observada para o total de reclamações procedentes no Banco do Brasil. A quantidade do mês de julho nessa causa foi 26% inferior à média observada no 2º semestre de 2013, com manutenção da tendência de queda no período de ago/13 a jul/14".

Bradesco: "O Bradesco desenvolve um programa intensivo de revisão de processos e sistemas. Cada um dos registros dos clientes é cuidadosamente avaliado e todas as medidas necessárias são tomadas no sentido de melhorar a qualidade do atendimento e garantir maior satisfação aos clientes".

Citibank: "O Citi trabalha constantemente no aprimoramento do atendimento aos clientes. As eventuais reclamações são endereçadas pelos gerentes de conta, Citiphone Banking, SAC ou Ouvidoria para solução e retorno ao cliente".

HSBC: "O HSBC avalia e responde a todas as demandas recebidas pelos canais oficiais de atendimento e atua para mitigar os pontos levantados nas avaliações dos seus clientes. O banco ressalta ainda que opera em consonância com a regulamentação vigente e segue os mais altos padrões de qualidade, acompanhando atentamente as recomendações dos seus clientes como oportunidades de melhoria contínua em seus serviços".

Itaú: "O Itaú Unibanco tem como prática somente processar débitos após a devida solicitação ou autorização do cliente. Nesse sentido, as manifestações apresentadas ao Banco Central foram esclarecidas aos clientes após as devidas providências. Ressaltamos que em 2013 reduzimos as reclamações no BC sobre o item em questão, melhorando a comunicação e formalização desses pedidos. Mesmo com este cenário, continuaremos investindo esforços para aprimorar serviços e aumentar a satisfação de nossos clientes".

Santander: "O Santander avalia individualmente todos os registros que chegam ao Banco Central e responde, formalmente, aos clientes e ao próprio BC. O banco ressalta que, para fortalecer o relacionamento com os clientes, incentiva a busca pelos canais internos, como agência, Central de Atendimento, SAC e Ouvidoria. No SAC, por exemplo, 85% das chamadas são solucionadas no momento do atendimento".

A Caixa não enviou sua posição até o fechamento deste texto.

Fonte: UOL

Portal da CUT

Metalúrgicos na Argentina e no Brasil

Sindicato sinaliza possibilidade de atuação conjunta

Escrito por: IOS • Publicado em: 10/09/2014

Brasileiros e argentinos poderão trabalhar conjuntamente a partir de 2015 na capacitação de trabalhadores e no fortalecimento de redes em montadoras de automóveis. Em reunião realizada nesta segunda-feira, 8, em Buenos Aires, a diretoria do Sindicato de Mecânicos y Afines del Transporte Automotor de la República Argentina (SMATA) sinalizou a possibilidade do intercâmbio de conhecimento e do trabalho conjunto na construção de redes de trabalhadores em montadoras atuantes nos dois países.

A atuação conjunta está prevista dentro do projeto Promoção dos Direitos Trabalhistas na América Latina, gerida pela CUT, CNM/CUT, CNQ/CUT e Instituto Observatório Social e apoiada pelo centro de formação da central sindical alemã DGB, o DGB Bildungswerk. Em 2015, o projeto inicia uma nova fase, com apoio à construção e ao fortalecimento de redes sindicais que atuem mais amplamente na América Latina. Por isso a aproximação com os sindicatos e as centrais argentinas.

O SMATA representa hoje a maioria dos trabalhadores ligados à indústria automobilística argentina. No ano passado, o setor atingiu recorde de produção, chegando a 950 mil unidades. Em 2014, porém, a crise pela qual passa o país levou a uma queda de mais de 25%, e deve encerrar o ano com 685 mil unidades produzidas, segundo previsões da Associação de Fabricantes de Automotores. A aproximação entre os representantes de trabalhadores da Argentina e do Brasil também se mostra importante uma vez que 90% das exportações de automóveis argentinos têm como destino o Brasil.

No Brasil, o cenário também é preocupante, tanto para a economia quanto para as condições de trabalho oferecidas em tempos de crise. "No Brasil, já houve 17% de queda nas vendas de carros, mas a queda de faturamento das empresas automotivas foi de apenas 3%. Temos 42 marcas com carros que ainda estão com preços sendo ajustados pra cima. Diminuem as vendas, mas os lucros continuam. E isso tem impacto no trabalhador", alertou o secretário geral e internacional da CNM/CUT, João Cayres.

Desafios comuns

A falta de conhecimento e da troca de informações entre as plantas nos países vizinhos é um dos desafios das redes sindicais, também percebido pelo SMATA. "Hoje, com os meios de comunicação que temos, em um segundo conseguimos saber uma notícia de qualquer país da África, por exemplo, mas ainda não conseguimos ter informações sobre quanto ganha um trabalhador africano, ou um trabalhador brasileiro, ou em qualquer lugar do mundo. Não se sabe quais são as desigualdades existentes entre trabalhadores da mesma fábrica e que estão próximos, como brasileiros e argentinos", criticou o secretário geral da SMATA, Ricardo Pignanelli.

"A troca de informações é um dos insumos da construção de políticas de combate ao trabalho precário. Por isso a necessidade de compreender melhor a ação das multinacionais na América Latina, assim como a ação dos sindicatos e as formas de reagir às estratégias de negócios que sejam prejudiciais aos trabalhadores", completa o coordenador do projeto, Alexandre Bento.

"É importante que haja essa aproximação entre as centrais e os sindicatos de países vizinhos, como o Brasil e a Argentina, porque a ação conjunta se torna mais forte. As redes têm esse papel de promover o diálogo e reforçar a troca de informações", reforçou o diretor executivo da CUT e presidente do Instituto Observatório Social, Roni Barbosa.

Também participaram da reunião na SMATA o secretário sindical Gustavo Morán e o secretário de organização da entidade, Fabris Uiltor.

Agência Brasil, 10/09/14

Entre 8% e 15% da riqueza financeira mundial estão em paraísos fiscais

Flavia Villela Edição: Talita Cavalcante

Estima-se que entre 8% e 15% da riqueza financeira líquida mundial estejam em paraísos fiscais, a maior parte sem registro, o que gera perda de recursos públicos de US\$ 190 bilhões a US\$ 290 bilhões por ano. Os dados fazem parte do *Relatório de Comércio e Desenvolvimento 2014* – publicação anual da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) – lançado hoje (10).

"Entre US\$ 66 bilhões e US\$ 84 bilhões são perdidos por países em desenvolvimento, o que equivale a dois terços do valor anual da Ajuda Pública ao Desenvolvimento", destaca o texto.

O documento critica a queda das tarifas comerciais ao reduzir muito a arrecadação de impostos sobre o comércio exterior, bem como a maior mobilidade do capital e o uso intensivo de paraísos fiscais. Segundo o relatório, isso tem alterado as condições para a tributação sobre a renda e a riqueza. "Os acordos de governança que evoluíram na era da globalização liderada pelas finanças deram liberdade demais às empresas privadas e reduziram demais o espaço para a ação do governo."

O relatório defende que para regular as finanças domésticas é necessário que os mercados financeiros internacionais também sejam regulamentados. Para isso, é preciso conceder papel mais proeminente para instituições como o Comitê de Especialistas em Cooperação Internacional em Matéria Fiscal das Nações Unidas e adotar uma convenção internacional contra a fraude e a evasão fiscais. "A concorrência fiscal entre países, para atrair ou reter investidores estrangeiros, acaba por provocar um nivelamento fiscal por baixo."

Em relação às empresas, o principal veículo de evasão fiscal ou de evasão e fuga de capitais dos países em desenvolvimento é o uso indevido de "preços de transferência" – quando as empresas internacionais definem preços para bens e serviços fornecidos a diferentes partes de sua rede de forma a gerar lucros ou perdas que minimizem o pagamento de impostos. A estimativa da Unctad é que os países em desenvolvimento estejam perdendo mais de R\$ 160 bilhões de dólares por ano, valor bem superior ao da soma dos orçamentos de ajuda dos países desenvolvidos.

A Unctad observa ainda que a arquitetura fiscal internacional não se adaptou adequadamente a essa realidade. "Os centros financeiros *offshore* e as jurisdições sigilosas que os hospedam estão totalmente integrados ao sistema financeiro global e a quantidade significativa de fluxos comerciais e de capital é canalizada por meio deles. O uso dessas jurisdições hoje faz parte da prática empresarial 'normal' na maior parte das grandes empresas e bancos."

Mobilizar a receita fiscal nacional é fundamental, de acordo com o relatório, que reconhece os esforços recentes destinados a melhorar a transparência e o intercâmbio de informações sobre questões fiscais. O alerta, entretanto, é sobre o fato de que tais iniciativas são, na maioria, lideradas pelas economias desenvolvidas – algumas das quais abrigam jurisdições sigilosas e poderosas corporações transnacionais.

Com isso, o texto constata que governos de países ricos e pobres precisam ampliar os gastos públicos em infraestrutura, serviços básicos e transferências sociais, além de financiar investimentos, para reverter o atual quadro econômico de lento crescimento. "Com níveis mais elevados de renda média, surgem uma base tributária mais ampla e fontes mais confiáveis de

arrecadação por parte do Estado”, informa o relatório. “A atual estrutura da economia global está dificultando a expansão das receitas”, acrescenta.

Para evitar o risco de uma queda acentuada do crescimento, o documento orienta que os países em desenvolvimento deem menos ênfase às exportações aos países desenvolvidos e mais destaque às demandas doméstica e regional.

CONFEDERACIÓN SINDICAL DE TRABAJADORES DE LAS AMÉRICAS (CSA)

Llamamiento por la Jornada Mundial por el Trabajo Decente 2014

La CSA convoca a sus afiliadas y el sindicalismo de las Américas, celebrar en el 07/10 la VII JMTD, con el tema “Justicia para los Trabajadores; Justicia Climática”.

Por CSA-TUCA

Rebanadas de Realidad - CSA, San Pablo, 06/09/14.- La CSA convoca a las afiliadas a celebrar el próximo 7 de octubre la VI Jornada Mundial por el Trabajo Decente, con el tema “Justicia para los Trabajadores; Justicia Climática”.

La Jornada es conocida por ser un día de movilización para todos los sindicatos en el mundo entero. Estos años se han organizado cientos de actividades en la mayoría de los países de la región, en las que participan millones de personas para promover el trabajo decente, vinculado a diferentes reivindicaciones de los trabajadores/as y demandar de los Gobiernos acciones concretas para su solución.

Este año la CSI ha propuesto como consigna movilizadora el tema “Justicia para los/as Trabajadores/as; Justicia Climática” considerando que es central el objetivo de construir una nueva economía global, que centre la justicia social, el desarrollo sustentable y la justicia ambiental

La CSA desde su II Congreso ha colocado como una de sus prioridades estratégicas incidir en la disputa por un modelo de Desarrollo Sustentable para las Américas y desde este año contamos con la Plataforma de Desarrollo para las Américas (PLADA), que es una formulación política estratégica que tiene la relevancia de ser un instrumento de lucha de mediano y largo plazo, construida colectivamente desde el movimiento sindical, junto con otros movimientos sociales aliados, durante los años 2013 y 2014.

Desde la CSA queremos vincular la Jornada del 7 de octubre con dos importantes momentos políticos para la región. La realización de la XVIII Reunión Regional Americana de la OIT, Lima, 13 al 16 de octubre, y la Conferencia de Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (COP 20), Lima, 1 - 12 de diciembre. En estos dos escenarios el movimiento sindical de las Américas debe colocar sus propuestas para la superación de la lógica de exclusión social y depredación del planeta que representa el modelo capitalista neoliberal, por lo que la PLADA y otras formulaciones políticas estarán siendo llevadas para estos espacios internacionales de definiciones políticas y sociales que afectan la región y el mundo.

Igualmente desde la CSA queremos repetir el éxito de los últimos años y también aumentar el número de actividades y personas movilizadas. El 7 de octubre es una oportunidad valiosa de comunicar nuestra visión a toda la sociedad de manera unitaria en todos nuestros países.

Llamamos entonces a preparar sus acciones, informar y movilizar en sus países. Por favor divulguen la información en sus centrales, sindicatos, espacios comunitarios, universidades y medios de comunicación alternativos. Envíen sus reportes a la CSA (mayra.castro@csa-csi.org) y a la CSI (<http://2014.wddw.org/>) con las acciones que serán desarrolladas.

También podemos intercambiar informaciones en la Página Oficial de la CSA en el Facebook <https://www.facebook.com/csa.tuca>, en la Página Oficial de la campaña www.facebook.com/noalninguneo y en el [Twitter twitter.com/csa_tuca/](https://twitter.com/csa_tuca/)

Monitor Mercantil, 11/09/14

Agrava-se situação econômica na Zona do Euro

De seus problemas, a ameaça de deflação é o mais agudo

Milão – Relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a situação da economia da Zona do Euro contém números desfavoráveis, confirmando que tanto a atividade econômica quanto os investimentos mantêm-se, ainda, distantes dos níveis anteriores à crise.

No primeiro trimestre deste ano, o crescimento na Zona do Euro foi mais débil do que o previsto e distribuído de forma desigual entre os países-integrantes. Os investimentos continuam sendo limitados por causa do acesso restrito a créditos, do crescente custo de capital e do super endividamento das empresas, particularmente, em países que encontram-se em crise (Grécia, Irlanda, Espanha, Portugal). Segundo previsões do FMI, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) oscilará em níveis inferiores (-2%) até, inclusive o ano de 2019.

Os mercados financeiros apresentaram considerável melhoria que resultou na redução das taxas de juros de endividamento dos Estados e empresas que tinham a possibilidade de recorrerem diretamente aos mercados em busca de cobertura de suas necessidades de endividamento.

Contudo, apesar da melhoria, os custos de endividamento dos Estados em crise continuam sendo consideravelmente superiores aos demais países, enquanto o fluxo de créditos para o setor privado da economia está em queda com ritmos mais velozes do que no total da Zona do Euro (com maior queda para as pequenas e médias empresas). Além disso, continua a redução do endividamento bancário interfronteiriço, com resultado a redução de liquidez.

Inflação e desemprego

A inflação permanece preocupantemente baixa (-1%) estando distante dos limites aceitáveis (2%) definidos pelo Banco Central Europeu (BCE). Os inferiores ritmos de crescimento, as evoluções nos preços dos alimentos e de energia, a desvalorização do euro e as reformas estruturais têm contribuído para o aumento das pressões deflacionárias. O enfrentamento das pressões deflacionárias constitui questão crítica, considerando que está ligada com o enfrentamento da elevada dívida pública e a redução dos investimentos.

O desemprego continua evoluindo em níveis elevados. O percentual médio de desemprego para a Zona do Euro permanece em 12% e é muito superior nos países em crise do Sul Europeu. O desemprego entre os jovens é ainda superior, com o percentual médio oscilando em 24%, enquanto os correspondentes percentuais nos países em crise estão extremamente elevados (por exemplo, 50% na Grécia e Espanha).

O elevado e prolongado desemprego resulta na queda de especializações da mão-de-obra e na limitação das possibilidades de crescimento econômico. Segundo previsões do FMI, o desemprego será reduzido a um dígito (9,4%) apenas em 2019.

Dívida pública

Apesar da melhoria dos déficits fiscais, a dívida pública dos integrantes da Zona do Euro continuará evoluindo em níveis elevados até o ano de 2019, por motivos já mencionados (deflação e ritmos inferiores e desiguais de crescimento). A propósito, os executivos do FMI prevêm que a redução da dívida pública será iniciada apenas ano que vem, após ter registrado neste ano o percentual mais elevado (95,9% do PIB).

Será lenta, considerando que até o ano de 2019 cairá para 86,3% (cerca de 50% superior ao critério estabelecido pela Convenção de Maastricht). É mais do que visível a necessidade de realização de uma conferência pan-européia para discutir a questão.

O problema com os relatórios do FMI não se localiza no diagnóstico dos problemas que enfrenta a Zona do Euro, mas, habitualmente, nas medidas que propõe para sua solução. Apesar de tudo isso, neste relatório são propostas, além das reformas estruturais, desregulação dos mercados (trabalho, produtos e serviços), também medidas como o fortalecimento de demanda por intermédio de aumento dos investimentos em infra-estruturas nos países credores, assim como a necessidade de redução de seus superávits comerciais. Adicionalmente, os executivos do FMI convocam o BCE a tomar todas as medidas necessárias para o enfrentamento de deflação.

A crise dos Estados integrantes da Zona do Euro e as essencialmente desfavoráveis previsões do FMI situam em prioridade direta a necessidade de formulação por parte da esquerda européia de um plano específico para a reforma radical das condições que a envolvem.

Maria Segre - Sucursal da União Européia.

Cresce desigualdade entre os países do Sul Europeu

Bruxelas – A divulgação do relatório da Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) sobre o aumento de desigualdade entre os jovens e os pobres dos países do Sul Europeu no período 2007–2011 registrou lamentáveis primazias para a Grécia, ainda que não estejam incluídos os anos de 2012 e 2013, quando a situação econômica das famílias agravou-se ainda mais.

As famílias com menores rendimentos ou foram oneradas mais durante a crise, ou foram beneficiadas menos durante a recuperação. Analisando 10% das famílias com rendimento superior e 10% com rendimento inferior, registra-se queda percentual em dobro do rendimento para os mais pobres, em média, nos países-membros da OCDE.

É característico que em 19 dos 33 países sobre os quais existem dados disponíveis, 10% das famílias com rendimento superior sofreu reduções percentuais menores em seu rendimento do que o 10% mais pobre. Por exemplo, nos dois países que sofreram mais com a crise, a Grécia e a Espanha, os dados revelam que o rendimento dos espanhóis mais pobres foi reduzido mais do que o dos mais ricos para todos os anos, menos de 2010.

Os dados sobre a Grécia revelam que, enquanto em 2009 a distribuição do rendimento permaneceu estável, em 2010 e em 2011 a redução do rendimento do grupo de 10% mais pobre foi

muito maior do que a redução do 10% mais rico. Totalizando, na Grécia e na Espanha registrou-se a maior queda de rendimento dos mais pobres entre todos os países-membros da OCDE.

A pobreza

Durante o período 2007–2011, a proporção de pobreza na Grécia aumentou de 14% para 15,25%. Este percentual é o maior entre os países-membros da União Europeia (UE), com a Espanha seguindo em segundo lugar, com 15,1%. Impressão causam os dados sobre os outros países atingidos pela crise, considerando que revelam redução do percentual de pobreza em Portugal (2011: 11,9%) e percentuais estavelmente inferiores na Irlanda (2011 :9,7%).

Se a pobreza for calculada com ano-base 2005, então, o percentual de pobreza na Grécia atinge 26,8%, que é o mais alto entre todos os países-membros da OCDE, superando nações como México (21,1%), EUA (18,3%) e Espanha (18,3%).

Entre 2007 e 2011, os jovens e as jovens (com idade entre 18 e 25 anos) sofreram as maiores reduções de rendimento, enquanto indivíduos com idade superior a 65 anos foram protegidos contra as piores consequências da crise. Entre os países-membros da OCDE, a média disponível de rendimento das famílias foi reduzida com ritmo anual de 1% entre os jovens e 0,7% entre os indivíduos com idade entre 26 e 65 anos, enquanto, aumentou em 0,9% para os indivíduos com idade acima de 65 anos.

As maiores reduções de rendimento para os jovens e as jovens foram registradas na Grécia, Islândia e Irlanda. Com exceção da Islândia e da Grécia, onde o rendimento de indivíduos com idade superior a 65 anos foi reduzido drasticamente, nos demais países ou aumentou ou manteve-se estável.

Índice de Gini

O indicador de desigualdade manteve-se estável na Grécia durante o período 2007–2011 (0,335). A Grécia encontra-se em quarto lugar entre os países-membros da UE com o maior indicador (Grã-Bretanha tem 0,334, Espanha, 0,344, Portugal, 0,341) com a média da OCDE sendo 0,315. No índice de Gini, que vai de zero a um, o zero significa igualdade absoluta na distribuição de rendimento.

Os dados da OCDE revelam que as medidas de severa frugalidade oneraram muito mais as famílias pobres do que as da classe média e muito mais ainda do que as famílias com rendimento alto. Contudo, as consequências totais da crise (desestruturação produtiva, desemprego gigantesco, privatização de ativos patrimoniais públicos) não se reverteram com a adoção de políticas de redistribuição somente.

Mary Stassinákis - Sucursal da União Europeia.

Organizado por Ernesto Germano